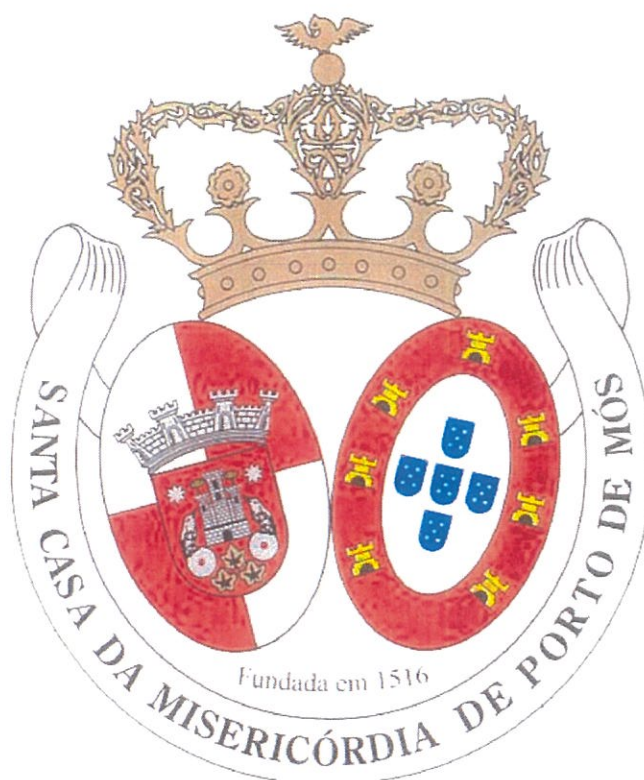


Relatório de Gestão e Contas 2020

Santa Casa da Misericórdia Porto de Mós



“A determinação de hoje é o sucesso de amanhã.”

Índice

Caracterização da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós.....	2
Missão	2
Valores	2
Órgãos Sociais	4
1.Introdução	5
2.Enquadramento Económico-social	5
2.2. A Nível Internacional e Europeu.....	6
2.2. A Nível Nacional	10
3. Recursos Humanos.....	14
4.Resposta Social Idosos.....	17
5.Resposta Social Crianças	20
6.Resposta Social Global.....	23
7. Sumário Financeiro.....	25
7.1. Análise da Atividade e da Posição Financeira	25
8. Proposta Aplicação de Resultados	32
9. Expectativas Futuras.....	32
9.1. Cenário Macroeconómico	32
10. Cenário Interno	39
10.1 Evolução previsível da Instituição	41
11. Outras Informações	41
12. Considerações Finais	42

Caracterização da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós

Missão

De acordo com o Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, a atividade da Instituição tem por finalidade a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Para realização dos seus objetivos, a Instituição propõe-se manter em funcionamento as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, ERPI, Fisioterapia, Unidade Cuidados Continuados e predispõe-se à criação de novos serviços de interesse para a Instituição.

Valores

Os valores da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós constituem as crenças que servem de guia e critério para os comportamentos, atitudes e decisões de todos os colaboradores, que no exercício das suas responsabilidades, e na busca dos seus objetivos, estejam executando a missão, na direção da visão.

A Missão da Santa Casa da Misericórdia Porto de Mós está suportada nas 14 obras (Espirituais e Materiais) da Misericórdia e pelos seguintes Valores:

Humanização de cuidados – Fomentar relações de proximidade com empatia e assertividade, respeitando a individualidade e dignidade do outro.

Respeito – Representa a inviolabilidade da integridade física, psicológica e moral, abrangendo os direitos humanos, nomeadamente a igualdade, a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores individuais, das ideias próprias, das escolhas pessoais, crenças e dos espaços e objetos pessoais.

Confidencialidade – Afirma-se pela proteção de factos e informações relativas aos clientes para que sejam sigilosamente guardadas, que não sejam reveladas sem o seu

consentimento esclarecido (salvo quando se trata de proteger alguém de dano – suicídio, homicídio).

Cooperação – Materializa-se em todas as atividades expressando o caráter da Organização assente na solidariedade e interajuda entre todos os intervenientes.

Lealdade – Caracteriza-se por respeitar as hierarquias, agir com sinceridade e honestidade para com todos os intervenientes, conferindo credibilidade à Organização.

Transparência – Pautar os comportamentos e serviços de rigor e clareza, consolidando a credibilidade da Instituição.

Profissionalismo – Trata-se de dedicar o maior empenho e disciplina no cumprimento das tarefas que estão confiadas, em todos os momentos da sua atividade, procurando atualizar e aperfeiçoar continuamente as suas competências profissionais, como condição do sucesso pessoal e da organização.

Integridade – Abster-se de receber de terceiros, qualquer espécie de pagamentos ou favores suscetíveis de criarem, a quem os presta, expectativas de favorecimento nas suas relações com a Instituição.

Solidariedade e Responsabilidade Social – É a disponibilidade para o outro de forma a promover a dignidade humana, através de ações de proximidade e a integração de preocupações sociais no quotidiano da Organização e na interligação com todas as partes interessadas contribuindo para uma sociedade mais justa.

Multidisciplinariedade e Interdisciplinaridade – Promoção do trabalho de equipa e de interajuda, através da articulação das diferentes áreas de conhecimentos.

Órgãos Sociais

Em 31 de Dezembro de 2020

Mesa da Assembleia Geral

Dr. Nuno José Gonçalves Moreira da Silva – Presidente

Lúcia Maria Bento Venda Morgado – Vice-Presidente

Dra. Alcina Maria Filipe Rosa – Secretária

Mesa e Provedor

Paulo Manuel Ribeiro Carreira – Provedor

Eduardo Manuel Ferreira Amaral – Vice-Provedor

Nuno Joaquim Matos Ferreira – Tesoureiro

Ana Maria Alves Sousa – Secretário

Ana Paula Cordeiro Pires Sousa Mendes – Vogal

Fernando Manuel Marques Amado – Vogal

Rui Fernando Correia Marto – Vogal

Conselho Fiscal

José Rosa Ribeiro – Presidente

José Carlos Fiel Amado Miguel – Vice-Presidente

Eduardo Manuel Matias Cunha - Secretário

Revisora Oficial de Contas

Dra. Raquel Rosa Carvalho Clemente

1.Introdução

A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, com sede social em Rua Francisco Serra Frazão, tem como Atividade Principal Apoio Social para Pessoas Idosas com Alojamento. O presente Relatório de Gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2.Enquadramento Económico-social

No seguimento da crise causada pelo COVID-19, a economia mundial caiu numa das mais profundas recessões desde a Grande Depressão de 1929, projetando-se que, no ano passado o rendimento de cerca de 90 milhões de pessoas, tenha caído para valores abaixo dos 2 dólares por dia, especialmente em regiões como a Ásia Meridional e a África Subsariana, e em particular para os grupos mais vulneráveis, incluindo mulheres e emigrantes, levando a uma regressão nos progressos que têm vindo a ser feitos para reduzir os níveis de pobreza extrema, principalmente nos países de baixo rendimento. No conjunto das economias emergentes, o rendimento per capita caiu mais de 90%, o que fez aumentar ainda mais as diferenças entre estes e os países desenvolvidos. Para além disso, o facto de as escolas terem sido fechadas poderá retroceder drasticamente os níveis de acumulação de capital humano.

Ainda assim, a atuação célere das diversas autoridades internacionais foi fundamental, tendo as medidas de política monetária e orçamental, de regulação e supervisão micro e macroprudencial permitido mitigar os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas e das famílias. No geral, já se começa a sentir uma moderada recuperação económica e, de modo a assegurar que esta ainda frágil recuperação acelere e que no longo prazo se transforme num crescimento económico robusto, os legisladores e decisores políticos terão de enfrentar e superar enormes desafios – na saúde pública, na gestão da dívida, na implementação das políticas orçamentais e de reformas estruturais, assim como na gestão dos bancos. Com um foco simultâneo na proteção e apoio dos mais vulneráveis, as políticas a implementar deverão também incentivar uma mudança de propósitos para a criação de um ambiente económico pós-covid mais forte e sustentável.

2.2. A Nível Internacional e Europeu

Ao longo do ano 2020, a pandemia COVID-19 impactou severamente as condições financeiras dos diversos agentes económicos, nomeadamente das famílias, das empresas e dos Estados. Juntamente com a incerteza acerca do panorama económico pós-pandemia, estes agentes sentiram-se desencorajados e passaram a tomar medidas mais conservadoras, especialmente no respeitante ao consumo e ao investimento.

Esta crise pôs em risco a convergência entre as economias avançadas e em desenvolvimento.

Tanto o Banco Mundial como o FMI preveem uma recessão em 2020 tanto nas economias avançadas (-8%) como nas economias em desenvolvimento (-2,6%, -5% excluindo a China), prevendo um PIB per capita negativo em cerca de 95% dos países. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -3,5% do crescimento a nível mundial. No início da crise pandémica a incerteza sobre a sua magnitude e impacto económico também se fez sentir nos mercados financeiros, com uma desvalorização abrupta dos ativos, em especial nos de maior risco, como foi o caso das ações e títulos de dívida de menor qualidade creditícia. A adoção de medidas monetárias rapidamente interrompeu esta volatilidade, tendo-se posteriormente verificado uma valorização nos mercados bolsistas. A tendência de valorização observada nos Estados Unidos após o choque de

março foi inicialmente impulsionada pelas empresas tecnológicas. Na área do euro também se observou uma valorização dos principais índices bolsistas, ainda assim abaixo dos valores registados antes da pandemia.

As medidas de confinamento e as limitações à mobilidade internacional tiveram um grande impacto nas companhias aéreas e no turismo. O fecho das fronteiras - que também contribuiu para a disrupção na oferta de bens e serviços - fez colapsar o comércio global que, devido às tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos, assim como entre a Europa e o Reino Unido, já começava a registar uma trajetória de contração no final de 2019. No geral, o Banco Mundial prevê que, para 2020 o comércio global se tenha contraído em -9,5%.

A prolongação destas contenções teve também um grande impacto no setor petrolífero, que ainda permanece rodeado de incertezas. Nos primeiros estágios do COVID-19 o preço do petróleo caiu drasticamente, o que levou a OPEP a cortar a produção em aproximadamente 9,7 milhões barril/dia desde abril de 2020 – o maior acordo de corte de produção na história deste setor. Só nos últimos meses do ano é que se começou a verificar uma recuperação, tendo o seu preço médio anual por barril situado nos 41 dólares, o que representa uma queda de 34% face a 2019. Quanto aos restantes bens, na maior parte destes verificou-se uma recuperação nos preços, especialmente dos metais, que conseguiu rapidamente voltar aos seus níveis pré-pandemia, sobretudo devido ao aumento da procura na China.

Nos meses mais recentes, as economias avançadas – em especial os Estados Unidos e vários países da Zona Euro – contabilizaram um aumento de infeções por SARS-Cov2. Nas economias emergentes, o número de novos surtos na Ásia Meridional e Central, na América Latina, nas Caraíbas e na Europa continuou a aumentar. Para aliviar estes efeitos, muitos países foram forçados a manter ou reintroduzir medidas de contenção. Para mitigar todos estes efeitos, verificou-se uma adoção generalizada de pacotes de estímulos fiscais e monetários, o que levou a uma descida das taxas de juro na maioria das economias avançadas. Também os países emergentes implementaram estes pacotes, mas a adoção destas medidas foi mais limitada em termos de recursos, o que levou a taxas de juros mais elevadas. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, a taxa de manutenção será de -0,526% em 2020. Já nos Estados Unidos, as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses serão de 0,7%.

No tocante às taxas de câmbio, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD continuou o seu perfil descendente até finais de fevereiro onde

atingiu os 1,079, tendo-se registado um pico de 1,146 no início de março, seguido de uma forte queda até finais de março, onde atingiu os 1,071. No decorrer do resto do ano registou uma trajetória ascendente, e a 30 de dezembro atingiu o seu valor mais elevado de 1,228. Quanto à cotação EUR/GBP, também se verificou uma continuação do seu perfil descendente até finais de fevereiro, onde atingiu o valor mais baixo do ano de 0,830 e começou então a subir, tendo em meados de março atingido o valor mais elevado de 0,923, registando novamente uma queda até inícios de abril, onde se situou nos 0,879 e, tendo estabilizado a partir desta data, terminando o ano com uma cotação de 0,899.

No continente europeu, o PIB real caiu cerca de 40% no segundo trimestre de 2020, com uma maior contração nos países avançados, onde o vírus primeiramente se espalhou em comparação com os países emergentes. Este impacto poderia ter sido mais grave, se não fosse pelas medidas fiscais aplicadas pelos diversos governos para apoiar as famílias e empresas, as quais ajudaram a preservar pelo menos 54 milhões de empregos. Também os bancos centrais aplicaram medidas de suporte ao crédito e de prevenção de disrupções no mercado financeiro. De acordo com a Comissão Europeia, 80% dos pacotes fiscais criados em 2020 foram somente para responder à pandemia, correspondendo a 4,2% do PIB total da União Europeia (UE). Assim, para o continente europeu o FMI projeta uma contração de -7% do PIB real em 2020 – o seu valor mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial.

Para a zona euro, o PIB real caiu severamente durante a primeira metade do ano, ainda assim mitigadas pelas políticas adotadas, tanto ao nível geral como de cada país membro, as quais permitiram uma ligeira recuperação no terceiro trimestre de 2020. Contudo, esta recuperação foi rapidamente revertida pelos novos surtos do vírus, que levaram os diversos países membros a reintroduzir medidas de confinamento. Vários setores de serviços vitais para a economia da zona euro – em especial o turismo – permaneceram fracos, não sendo expectável uma total recuperação no curto prazo. Ainda assim, com o aumento da procura, verificou-se uma recuperação no setor produtivo. Para o total do ano, o FMI prevê uma contração de -8,3%.

Para esta recuperação contribuíram maioritariamente o consumo privado que, para o conjunto do ano, representou um crescimento de -9,2%, assim como as exportações e as importações com um crescimento de -12,9% e de -11,6%, respetivamente. O choque da procura na atividade económica mundial gerou uma pressão deflacionária adicional sobre os preços dos bens. Estes dois efeitos contribuíram para uma descida, em

termos homólogos, do Índice Harmonizado dos Preços do Consumidor (IHPC) na área do euro, tendo a inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) atingido um mínimo histórico de 0,6%. Para o total de 2020, o Banco Mundial aponta para uma taxa de inflação de 0,3%. Em relação ao mercado de trabalho, segundo o FMI, a taxa de emprego situou-se nos - 1,7%, com uma taxa de desemprego de 8,9%. Ainda assim, o impacto que o COVID-19 teve nos níveis de emprego foi relativamente moderado, devido ao suporte fornecido pelos governos de cada estado-membro.

As taxas de juro mantiveram-se em mínimos históricos, reflexo das medidas adotadas pelo BCE e pelas autoridades europeias para mitigação do impacto da crise pandémica, em especial no mercado de dívida titulada na área do euro onde, após um momento de perturbação inicial, se observou uma redução das yields para níveis próximos do período pré-pandemia.

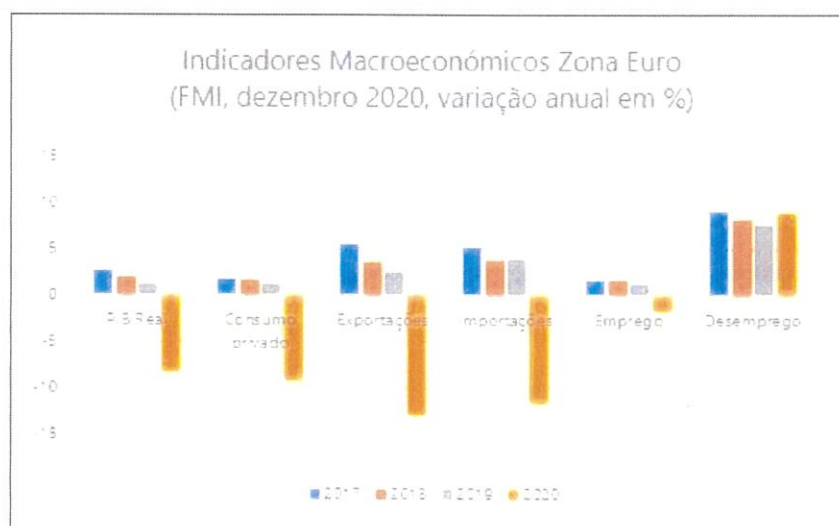


Figura 1 - Indicadores Macroeconómicos Zona Euro

No que respeita aos Estados Unidos da América, o Banco Mundial prevê uma queda de - 3,6% para o conjunto de 2020. Apesar do apoio fiscal ao rendimento das famílias ter contribuído para uma recuperação no terceiro trimestre de 2020, os novos surtos do vírus rapidamente reverteram esta trajetória.

Em relação à China, esta registou uma rápida e forte recuperação, com o FMI a prever um crescimento de 1,9% para 2020. Quanto às restantes economias emergentes, 80% dos países enfrentam agora uma recessão económica causada pela pandemia, a qual fez

aumentar os níveis de endividamento, que já em 2019 se encontravam em níveis historicamente altos, principalmente para as economias dependentes das exportações, cuja receita colapsou. Também a queda do consumo privado e da produção foi mais severa nestes países. Contudo, o suporte macroeconómico ajudou a mitigar o declínio da atividade nestes países. A queda no investimento foi parcialmente contida por diversos pacotes fiscais e por cortes nas taxas de juro, promovendo assim a liquidez e os empréstimos.

2.2. A Nível Nacional

A incerteza sobre a intensidade e evolução da pandemia de COVID-19 prevaleceu ao longo de 2020, tendo os seus múltiplos impactos colocado desafios para a estabilidade financeira do país. Até 2019 a economia portuguesa encontrava-se num período de ajustamento e convergência com o resto da Europa, tendo-se verificado uma redução do endividamento das empresas e particulares para valores próximos da média da área do euro, assim como um excedente do saldo orçamental. Mas com a imposição de medidas de restrição, o encerramento de fronteiras e o seu condicionamento à livre circulação, verificou-se uma acentuada queda da procura e da oferta, com repercussões na situação financeira dos diversos agentes económicos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 registou-se uma contração do PIB de 7,6% em volume, após um crescimento de 2,2% em 2019, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após o seu contributo positivo verificado em 2019, sobretudo devido à contração do consumo privado. A procura externa também teve o seu impacto negativo, tendo-se verificado reduções intensas nas exportações e importações de bens e serviços – com uma queda de 20,1% e 14,4%, respetivamente. O setor dos serviços, destacando a diminuição sem precedentes das exportações de turismo, foi mais afetado pela crise do que a indústria transformadora. Quanto ao setor da construção, ao contrário do verificado na área do euro, este manteve-se resiliente.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa situou-se nos 1,0% do PIB até ao 2º trimestre de 2020, refletindo um aumento de 0,1% face ao trimestre anterior. Também a capacidade de financiamento das famílias registou um aumento, de 2,2%, reflexo da diminuição de 3,7% do consumo final.

Entre dezembro de 2019 e junho de 2020, o rácio de endividamento das empresas aumentou 5,7%, resultado do aumento da dívida total das empresas (2,4%), em especial das PME e da indústria transformadora e extrativa (com uma taxa de variação anual (tva) de 6,2% em junho), mas também do comércio, alojamento e restauração (tva de 7,4% no mesmo período) e da construção e atividades imobiliárias (tva de 6,8%). Este aumento interrompeu a tendência de redução que se vinha a observar desde 2013. Devido à crise sanitária, registou-se uma redução de 1,1% da rendibilidade das empresas em junho de 2020 face a dezembro de 2019, destacando-se as reduções nos setores das indústrias, comércio, transportes, armazenamento e outros serviços. Contudo, verificou-se um aumento da liquidez das empresas associado à obtenção de novo crédito. O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) diminuiu 16,3% em 2020, com maior expressão nas grandes empresas, as quais terão cancelado ou adiado decisões de investimento e, em termos sectoriais, a indústria transformadora foi quem mais contribuiu para esta queda com uma variação de -18,7%, visto tratar-se de uma atividade com um elevado nível de exportações. Positivamente, o setor da Construção foi quem mais contribuiu, com um aumento de 9,6%. Quanto ao investimento total, deverá corresponder a uma taxa de variação de -4,1%.

Em relação ao emprego, para o conjunto do ano o INE aponta para uma taxa de desemprego de 6,8%, um aumento de 0,3% face a 2019, o que representa um aumento de 3,4% da população desempregada e uma diminuição de 2% da população empregada. Ainda assim, verificou-se uma diminuição de 10,3% dos desempregados de longa duração. Por região, o Algarve registou a maior taxa de desemprego (8,3%), seguido da Região Autónoma da Madeira (7,9%) e da Área Metropolitana de Lisboa (7,7%) tendo o Centro e o Alentejo registado as taxas mais baixas (5,6% e 5,9%, respetivamente). Em termos homólogos, o Algarve registou o maior crescimento do desemprego (+1,2%), e as únicas regiões onde se verificou uma diminuição do desemprego foram o Alentejo (-1,0%) e a Região Autónoma dos Açores (-1,8%).

As medidas de apoio às empresas, em particular o regime de layoff simplificado, e de apoio aos trabalhadores independentes, permitiram controlar os níveis de desemprego ao longo do ano. Estas medidas, em conjunto com o reforço dos estabilizadores automáticos

juntamente com várias medidas de apoio direto ao consumo de bens de primeira necessidade e ainda os programas de moratória, contribuíram para a manutenção do rendimento e da estabilização social das famílias mais afetadas pela redução da atividade económica.

A alteração ao comportamento habitual das famílias levou a uma queda do consumo privado para 6,8%, segundo projeções do Banco de Portugal. Já o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou em 2020 uma variação média anual nula, enquanto o IHPC registou uma taxa de variação média de -0,1%.

No primeiro semestre de 2020, a rentabilidade do sistema bancário português diminuiu para valores próximos de zero, situando-se em linha com a média da área do euro, tendo concorrido para este resultado o aumento das perdas por imparidade para crédito e a redução dos resultados de operações financeiras.

Quanto às administrações públicas, no conjunto do primeiro semestre de 2020 registou-se um saldo de -5,4% do PIB, comparando com -1,2% em igual período de 2019. No terceiro trimestre de 2020, o rácio de dívida pública situou-se em 130,6% do PIB, o que representa um aumento de 13,4% face a dezembro de 2019.

Na colocação de dívida de curto prazo, a taxa de juro média das emissões de bilhetes de Tesouro passou de -0,3% no primeiro semestre de 2020 para -0,5% no segundo semestre. Já nas emissões de longo prazo, a taxa de juro média da colocação de obrigações de Tesouro a 10 anos atingiu 0,8% na primeira metade de 2020, em contraste com os 0,3% verificados a partir de julho.

No primeiro semestre de 2020 observou-se uma redução de 8,6% da despesa com juros das administrações públicas face ao período homólogo. Adicionalmente, o impacto do pacote de estímulo para 2020 (2,7% do PIB) situou-se abaixo da estimativa para a média da área do euro (4% do PIB), o que resulta numa menor deterioração do saldo orçamental por esta via. Ainda assim, o elevado endividamento público representa uma vulnerabilidade no médio prazo.

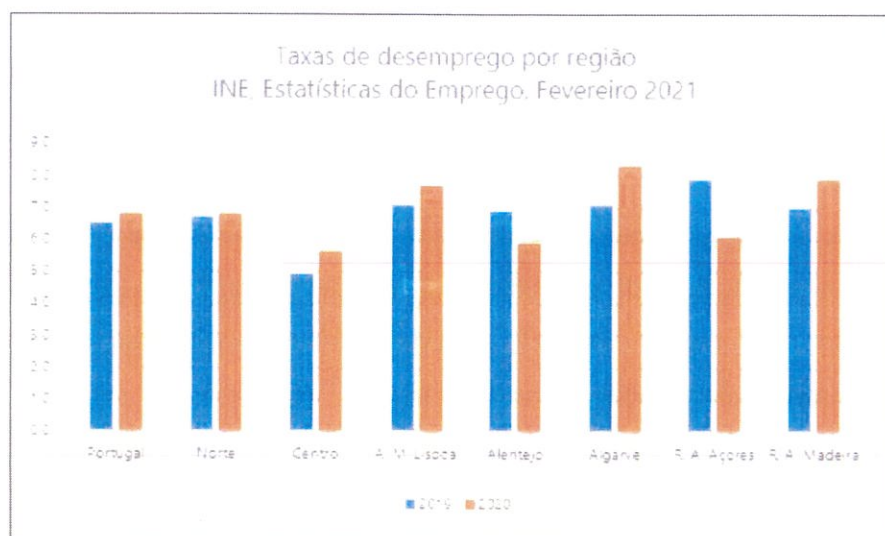


Figura 2- Taxa de desemprego por região

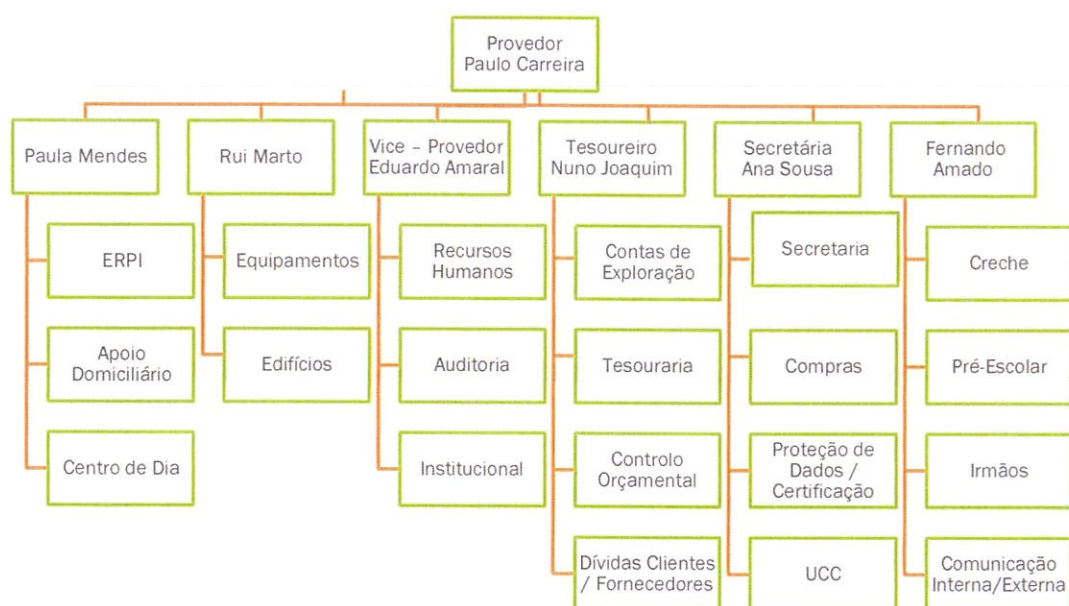


Figura 2- Organograma

3. Recursos Humanos

Colaboradores (Tipo Contrato)	2018	2019	2020	Variação 2018/2020
Contrato Efetivo	94	95	86	-9%
Contrato a Prazo	17	15	21	24%
Outros (CEI)	0	1	0	0%
Total	111	111	107	

Figura 4- Colaboradores por Tipo de Contrato



Figura 5 - Gráfico Colaboradores por Tipo de Contrato

Através da análise do gráfico relativo ao número de colaboradores por tipo de contrato podemos concluir que a nível do tipo de Contrato Efetivo tivemos um decréscimo de 2018 face a 2020, tendo se verificado neste ano muitas saídas de colaboradores nomeadamente Enfermeiros da UCC para candidatura aos hospitais, vagas “abertas” derivado da pandemia.

Contudo, podemos também concluir através da representação gráfica, que a Instituição tem apostado na admissão de novos colaboradores de forma a puder garantir um melhor serviço aos seus clientes, verificando-se um aumento face a 2018 de 24%. Desta forma, estas admissões devem-se à colmatação das saídas referidas anteriormente. Pretendemos

acima de tudo prestar os nossos serviços com a máxima qualidade, de forma a proporcionar aos nossos clientes uma melhor qualidade de vida e podermos dar uma melhor resposta a quem procura a Instituição.

Colaboradores (por Idades)	2018	2019	2020	Variação 2018/2020
Até 30 Anos	12	10	11	-8%
>30=<40 Anos	18	20	20	11%
>40=<50 Anos	40	35	31	-23%
>50 Anos	41	46	45	10%

Figura 6 - Colaboradores por Idades

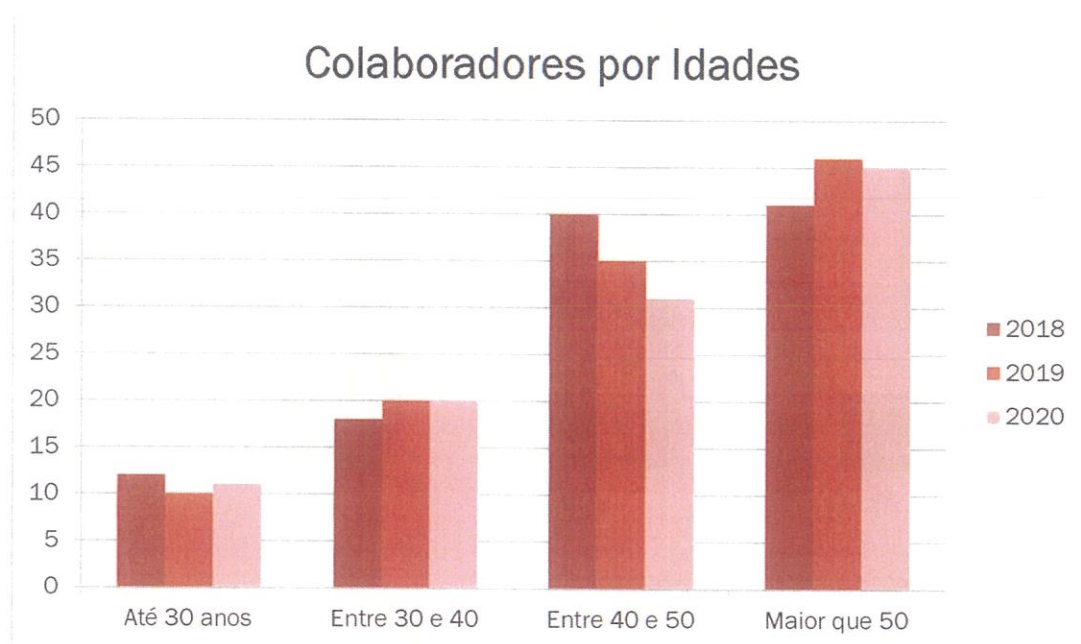


Figura 7 - Gráfico Colaboradores por Idades

Através do gráfico de barras representado na figura acima, podemos concluir que a maioria dos colaboradores da Instituição nos anos de 2018, 2019 e 2020 têm mais de 50 anos. De 2018 para 2020, os colaboradores da Instituição até 30 anos de idade têm tido um ligeiro decréscimo. De 2018 para 2019, aumentaram ligeiramente os colaboradores entre os 30 e 40 anos, mantendo-se o mesmo número no ano de 2020, o que significa que a nossa Instituição aposta na formação de Jovens com iniciativas inovadoras e

proporciona-lhes uma abertura no mundo do trabalho, valorizando as suas competências demonstradas no desempenho das suas tarefas diárias.

Colaboradores (por Resposta Social/Setor)	2018	2019	2020	Variação 2018/2020
<i>ERPI/CD/SAD</i>	40	41	40	0%
<i>Infância</i>	23	23	23	0%
<i>UCC</i>	25	27	26	4%
<i>Secretaria</i>	6	5	5	-17%
<i>Lavandaria Geral</i>	6	6	4	-33%
<i>Cozinha Geral</i>	11	9	9	-18%
Total	111	111	107	

Figura 8 - Colaboradores por Resposta Social / Setor

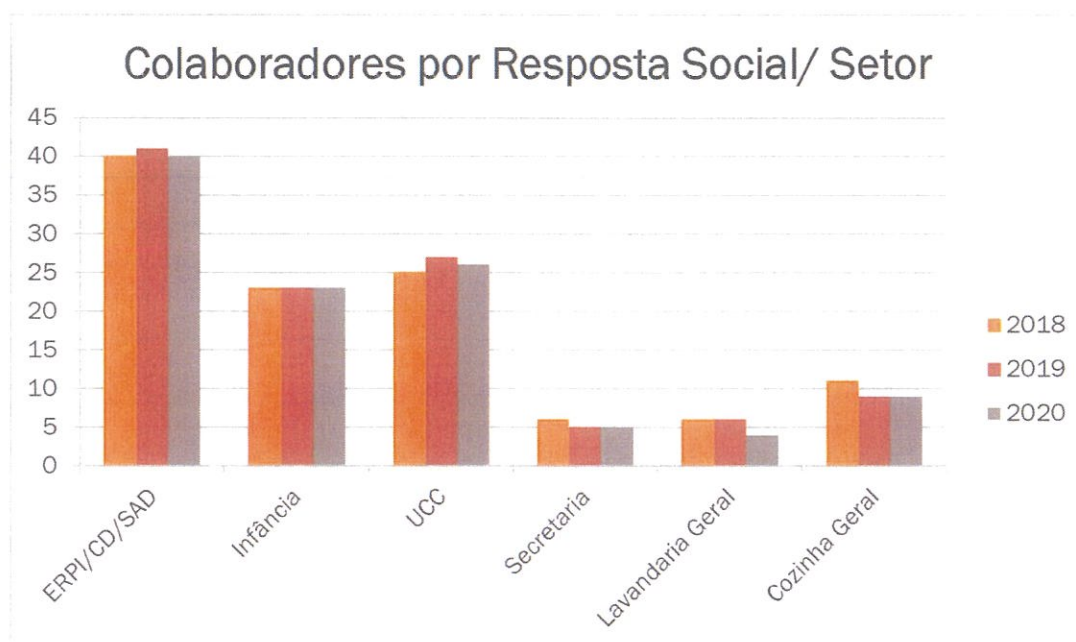


Figura 9 - Gráfico Colaboradores por Resposta Social/Setor

Nas respostas sociais ERPI, SAD e CD, o número de colaboradores manteve-se constante nos anos de 2018 e 2020, registado no ano de 2019 uma ligeira subida face a 2018.

Ao nível do setor da Infância que contempla as respostas sociais Creche e Pré-Escolar, o número de colaboradores manteve-se inalterado desde 2018.

Na resposta social UCC, face ao ano de 2018, tanto no ano de 2019 como 2020, registou-se um ligeiro aumento no número de colaboradores.

Nos setores da secretaria, lavandaria e cozinha, registou-se um ligeiro decréscimo nunca colocando em causa a qualidade dos nossos serviços nem o bem-estar dos nossos clientes.

4. Resposta Social Idosos

Na análise ao grupo de idosos, iremos analisar as respostas sociais ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), CD (Centro de Dia) e SAD (Serviço Apoio Domiciliário).

Resposta Social (nº médio utentes)	2018	2019	2020	Variação 2018/2020
ERPI	62	62	60	- 3%
CD	14	10	9	- 36%
SAD	37	41	40	8%
Total	113	113	109	

Figura 30 - Idosos por resposta social

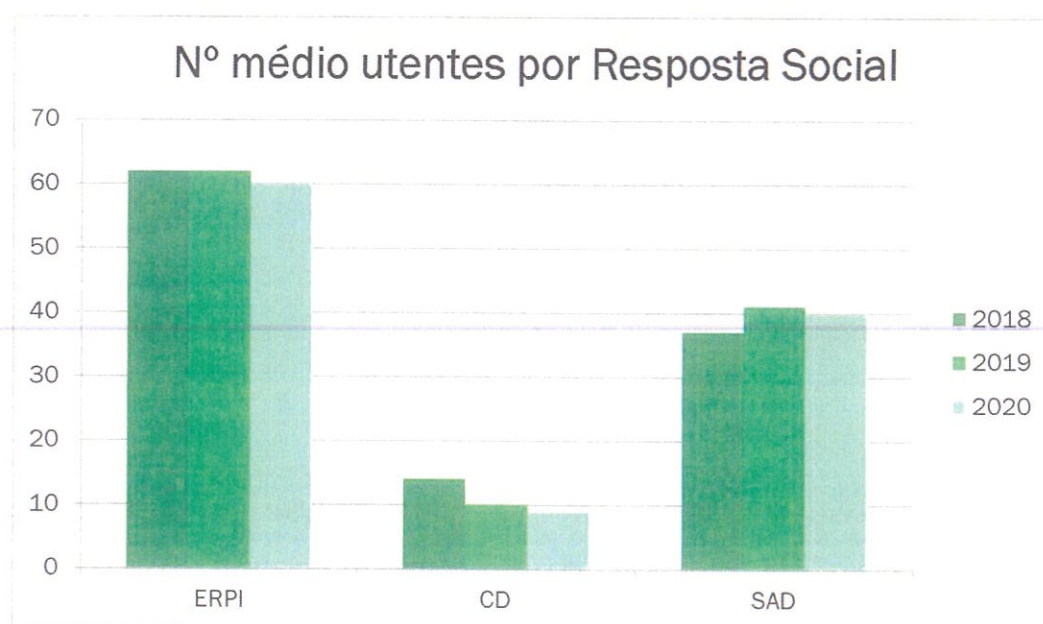


Figura 11 - Gráfico de Idosos por resposta social

Na análise ao número de utentes das respostas sociais ERPI, SAD e Cento de Dia, verifica-se um decréscimo global face a 2018 de 4%.

Com variações negativas, aparece a resposta social CD e ERPI.

Na resposta social SAD, registámos um aumento médio de 2018 para 2020 na ordem dos 4 clientes. Podemos concluir que, os nossos clientes procuram a nossa Instituição a fim de lhes dar resposta às suas necessidades, quer de alimentação, quer de higiene e limpeza. Na resposta social SAD, temos acordo da Segurança Social e capacidade para 49 utentes, desde 2018 que não temos a capacidade totalmente preenchida.

Em relação à resposta social CD, temos acordo da Segurança Social para 10 utentes e capacidade para 30. Nesta resposta social nos anos de 2018 e 2019 tivemos o acordo totalmente preenchido, não tendo, no entanto, ocupado a sua capacidade. No ano de 2020, o mesmo não se verificou uma vez que, devido à pandemia, o serviço de centro de dia ficou suspenso sendo que na maioria, os utentes optaram por ser prestados serviços de apoio domiciliário e outros as famílias é que asseguram os serviços anteriormente prestados pela Instituição.

Na resposta social ERPI, temos acordo da Segurança Social para 56 utentes e capacidade para 62. Apesar de pequenas oscilações entre os anos, esta resposta social tem tido a sua capacidade sempre ocupada. No ano de 2020, um ano atípico, a capacidade não se encontra totalmente ocupada uma vez que o edifício onde se encontra a resposta social ERPI está a sofrer uma intervenção para proporcionar aos nossos utentes uma melhor qualidade de vida, desta forma, não se encontram reunidas as condições necessárias para admitir novos clientes nesta resposta social.

Idades dos Idosos (ERPI/CD/SAD)	2018	2019	2020	Variação 2018/2020
<i>Entre 55 e 60</i>	2	2	2	0%
<i>Entre 60 e 70</i>	13	11	10	-23%
<i>Maior que 70</i>	98	100	97	-1%

Figura 12 - Idade dos idosos nas respostas sociais ERPI/CD/SAD

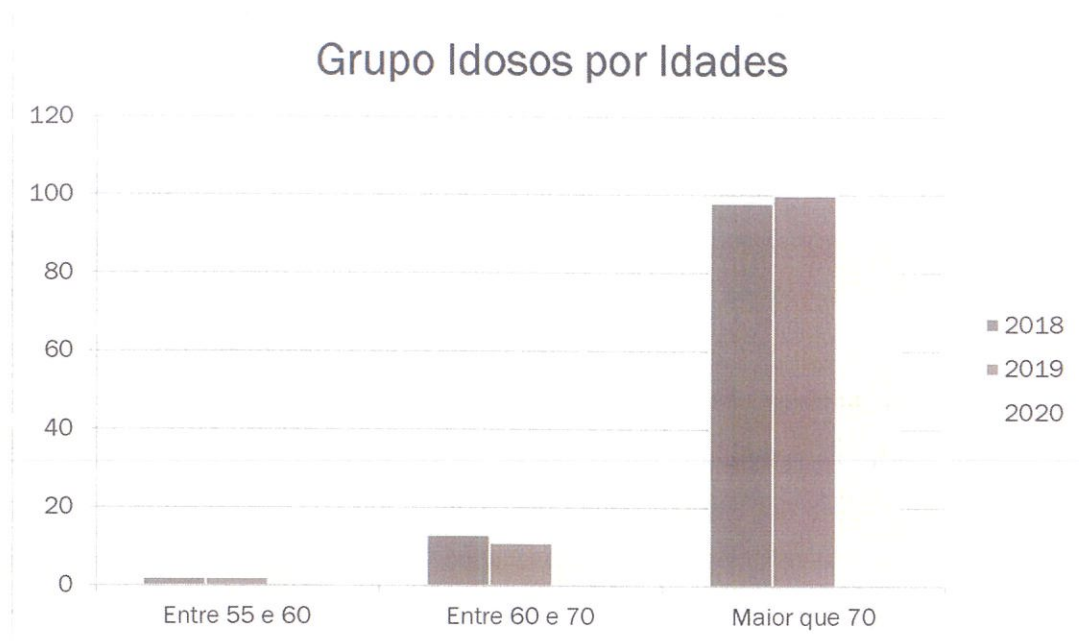


Figura 13 - Gráfico da idade dos idosos nas respostas sociais ERPI/CD/SAD

Numa análise à faixa etária nas respostas sociais ERPI, SAD e CD, pode-se constatar através dos dados apresentados no gráfico de barras, que a população abrangida por estas respostas sociais está cada vez mais envelhecida, a percentagem de pessoas com idade maior do que 70 são aquelas que tem uma maior predominância face às restantes.

Utentes por Género em 2020	Masculino	Feminino
<i>Entre 55 e 60</i>	2	0
<i>Entre 60 e 70</i>	6	4
<i>Maior que 70</i>	26	71

Figura 14 - Idades por Género em 2020

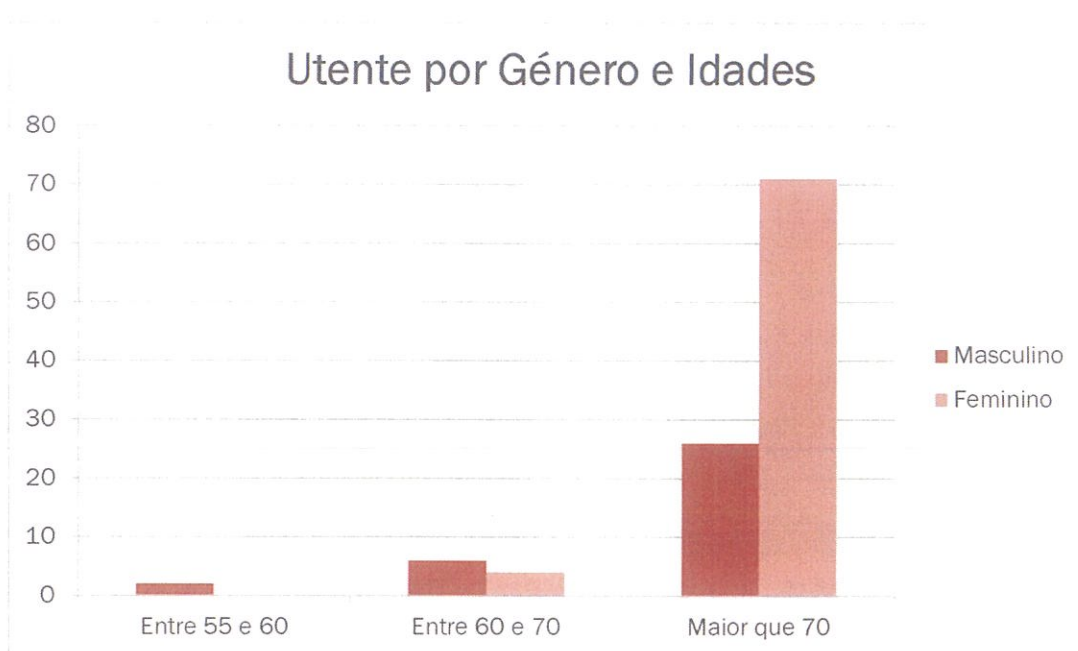


Figura 15 - Gráfico das Idades por género em 2020

Quando analisamos os dados relativos ao ano de 2020 dos utentes por género, verificamos que os utentes com idade superior a 70 anos, são na sua grande maioria, utentes do género feminino.

5. Resposta Social Crianças

A análise ao triénio 2018/2020, verifica-se algumas oscilações durante os anos na entrada e saída de crianças. Na análise ao grupo de crianças, iremos analisar com maior pormenor as respostas sociais Creche e Pré-Escolar.

Resposta Social	2018	2019	2020	Variação 2018/2020
Creche	67	66	63	-6%
Pré-Escolar	66	56	56	-15%
Total	133	122	119	

Figura 46 - Utentes por Resposta Social

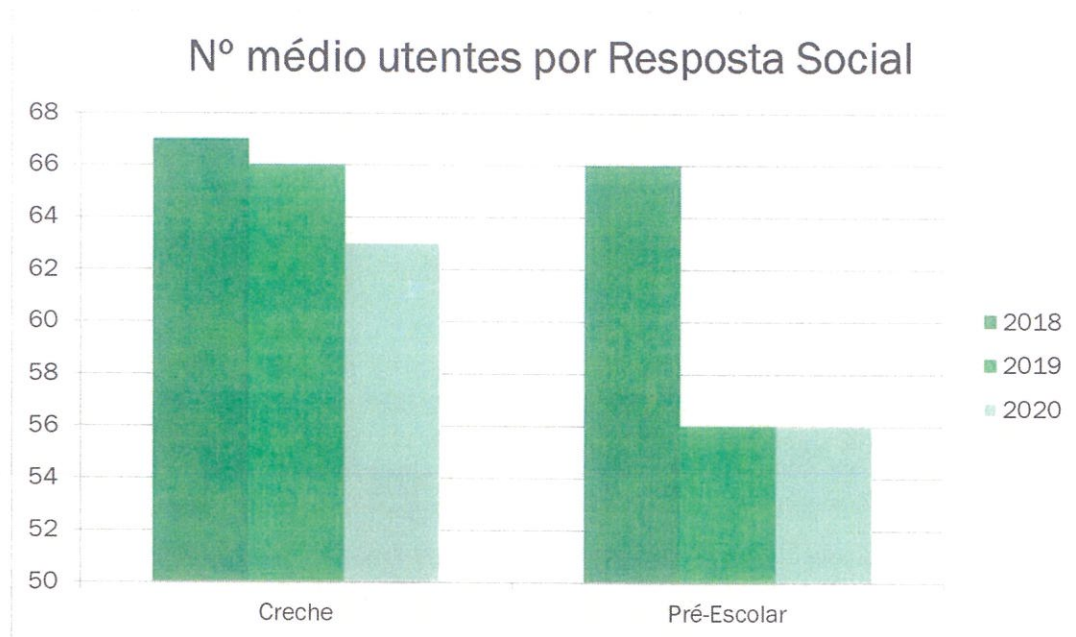


Figura 17 - Gráfico de utentes por resposta social

Na Resposta Social de Creche, a Instituição tem acordo para 60 crianças e capacidade para 68. Como se pode verificar e através da apresentação do gráfico, a média dos utentes na resposta social Creche tem vindo a diminuir progressivamente, atingindo em 2020 o seu menor valor, de 63 utentes em média. É importante referir que, apesar de a média de utentes ser sempre inferior à capacidade da resposta social (68 utentes), durante o ano letivo, esta encontra-se sempre preenchida, uma vez que ao longo do ano letivo são admitidas crianças na resposta social conforme as crianças vão progredindo e saindo dos berçários, adquirindo a marcha.

Quanto à resposta social de Pré-Escolar, temos acordo e capacidade para 70 crianças. Nesta resposta social, desde o ano de 2018, não se tem verificado o preenchimento do acordo nem consequentemente a capacidade.

Idades por Resposta Social	2018	2019	2020	Variação 2018/2020
<i>Até 1 Ano</i>	35	34	35	0%
<i>Entre 1 e 3 Anos</i>	53	59	56	6%
<i>Mais que 3 Anos</i>	45	29	28	-38%
<i>Total</i>	133	122	119	

Figura 18 - Idades das crianças nas respostas sociais Creche e Pré-Escolar

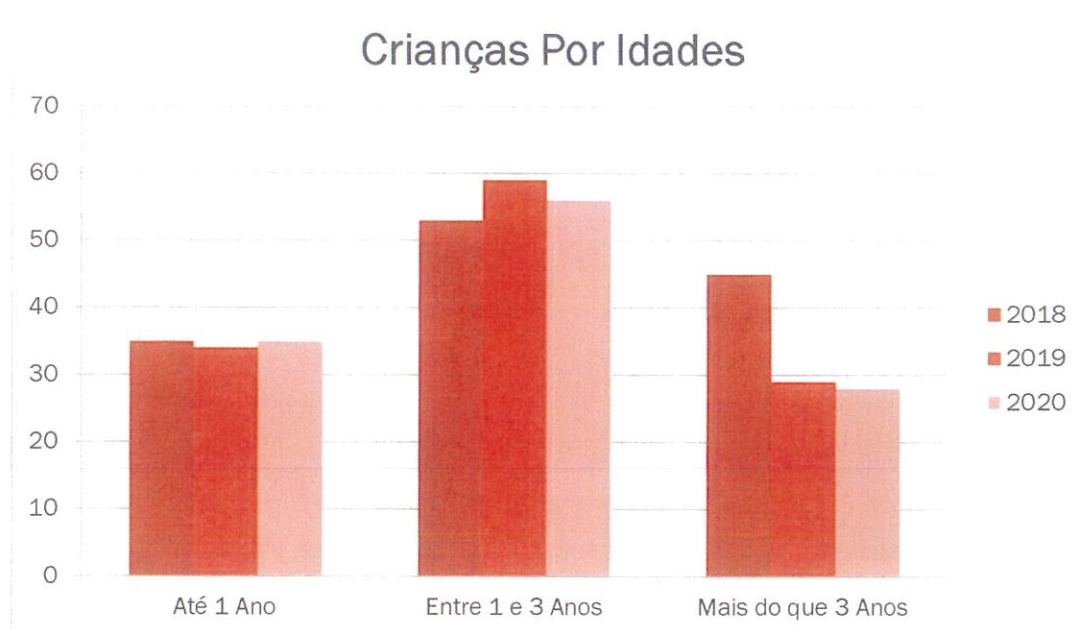


Figura 19 - Gráfico das Idades das crianças nas respostas sociais Creche e Pré-Escolar

Podemos verificar que de 2018 para 2020, o número de crianças até um ano têm registado uma ligeira diminuição de 2018 para 2019, mantendo-se em 2020 face a 2018.

Na análise ao número de utentes das respostas sociais Creche e Pré-Escolar verifica-se um decrescimento global face a 2018 de 11%.

Idades e Género 2020	M	F
<i>Até 1 Ano</i>	18	17
<i>Entre 1 e 3 Anos</i>	29	27
<i>Mais que 3 Anos</i>	14	14

Figura 5 - Idades por género em 2020

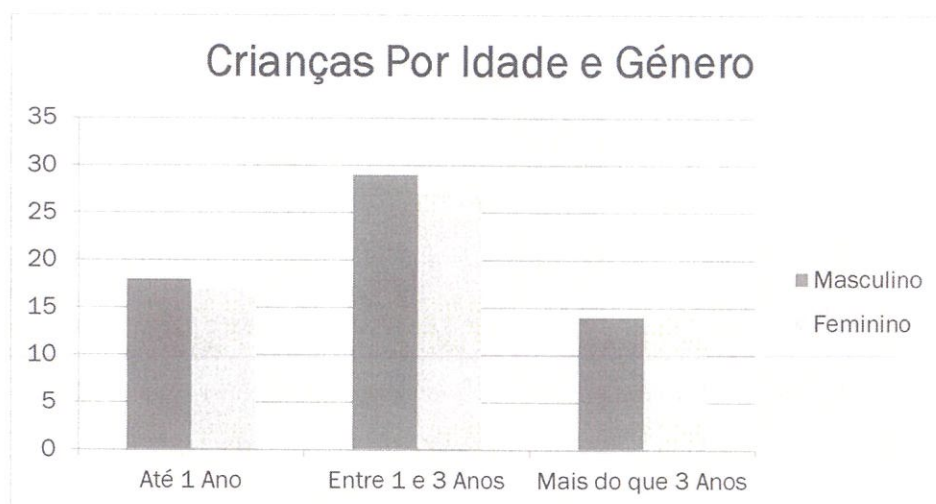


Figura 6 - Gráfico das idades por género em 2020

De notar que, o género masculino é aquele onde se verifica maior número de crianças, quer nas crianças até 1 ano, quer nas crianças entre 1 e 3 anos. Nas crianças com mais de 3 anos, o número de crianças nos dois géneros é o mesmo.

6.Resposta Social Global

Nº médio Utentes por Resposta Social	2018	2019	2020	Variação 2018/2020
<i>ERPI</i>	62	62	60	-3%
<i>SAD</i>	37	41	40	8%
<i>CD</i>	14	10	9	-36%
<i>Creche</i>	67	66	63	-6%
<i>Pré-Escolar</i>	66	56	56	-15%
<i>UCC</i>	36	37	33	-8%
<i>Fisioterapia</i>	122	122	126	3%
<i>Cantina Social</i>	17	10	8	-53%
<i>Total</i>	421	404	395	

Figura 22 - Utentes por resposta social Global

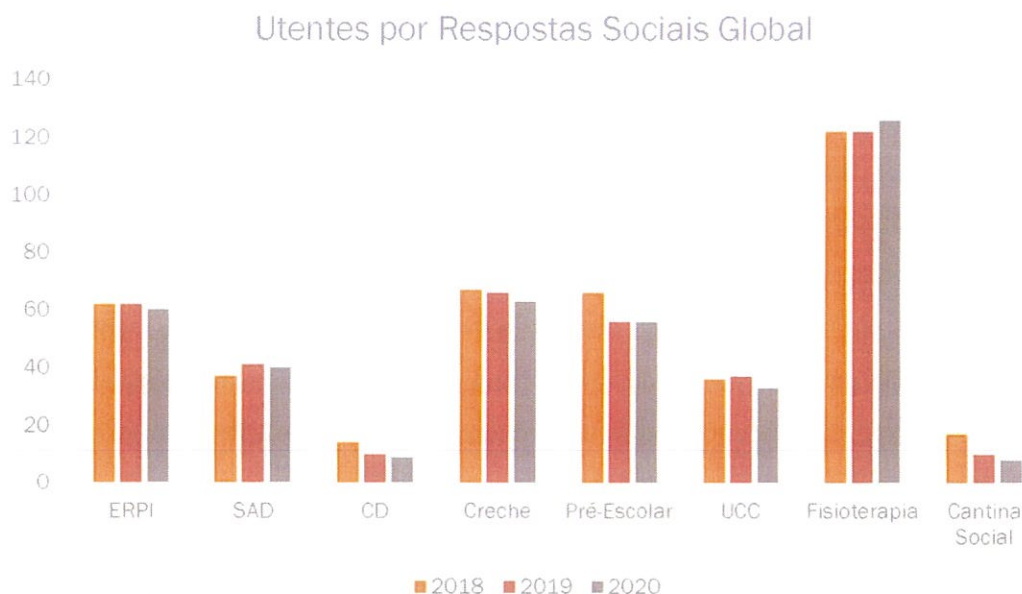


Figura 23 - Gráfico dos utentes por resposta social global

Analisando o triénio 2018 a 2020, verifica-se um decréscimo global de 6% no número total de utentes, mais acentuado na resposta social Cantina Social, facto que se deveu à redução do número de refeições protocoladas pela introdução do Programa Alimentar POAPMC que tem como principal objetivo a distribuição de Géneros Alimentares e/ou de Bens de Primeira Necessidade às famílias mais carenciadas do concelho de Porto de Mós.

A variação positiva da resposta social SAD justifica-se pela necessidade de cuidados de saúde e alimentação, clientes que têm procurado a Instituição por considerar uma referência e os serviços prestados serem de encontro às suas necessidades.

A variação negativa da resposta social CD deve-se à pandemia Covid-19 pelo facto desta resposta social ter ficado suspensa sendo que na maioria, os utentes optaram por ser prestados serviços de apoio domiciliário e outros as famílias é que asseguram os serviços anteriormente prestados pela Instituição.

Na resposta social UCC a variação foi negativa. Esta é explicada pelo facto do edifício sede onde funcionam as respostas sociais ERPI e CD se encontrar em obras e alguns utentes da resposta social ERPI terem sido transferidos para a UCC enquanto decorrem as obras. Face a esta situação, não foram admitidos utentes no regime de internamento privado, o que fez com que a média de utentes fosse menor face aos anos anteriores.

Tanto na resposta social Creche como no Pré-Escolar temos tido uma oscilação, sendo que no ano de 2019 e 2020 registámos uma diminuição do número de crianças, facto este que pretendemos que se altere no ano de 2021 onde pretendemos continuar a apostar na inovação. Já o fizemos em diversas áreas e pretendemos ser mais abrangentes e proporcionar um serviço ainda com maior qualidade e conforto para que as nossas crianças se sintam no seu lar. Tivemos de nos adaptar às circunstâncias da pandemia, não podendo pôr em prática muitas das situações delineadas. Contudo, sentimo-nos orgulhosos pelo que desenvolvemos e pela forma com que atuamos face a esta situação e a qual nos deixa felizes por conseguirmos proporcionar às nossas crianças uma educação primada pelo rigor e sucesso na educação.

Na resposta social Fisioterapia, de 2018 para 2019, o número médio de clientes mante-se inalterado, sendo que se registou um ligeiro aumento de 2019 para 2020. Alterámos a empresa que explora a Fisioterapia, com novas inovações e técnicas distintas das anteriores, no ano de 2020. Apesar das dificuldades trazidas pela pandemia covid-19, o número de clientes tem aumentado e a opinião de quem frequenta a nossa fisioterapia continua a ser uma boa referência dentro da nossa Instituição.

Na resposta social ERPI, a variação negativa de 3% justifica-se pela intervenção que foi feita no nosso edifício sede, de forma a proporcionar aos nossos utentes uma melhor qualidade de vida com a sua reestruturação. Desta forma, e dado ter sido uma intervenção significativa dada a antiguidade do edifício, não se encontraram reunidas as condições necessárias para admitir novos clientes nesta resposta social.

Contudo, apesar das oscilações do número médio de utentes nas várias respostas sociais, a Santa Casa tem desenvolvido um trabalho notório no serviço à comunidade, apoio aos mais carenciados e na melhoria dos seus serviços proporcionando desta forma uma melhor qualidade de vida aos seus utentes.

7. Sumário Financeiro

7.1. Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2020 os resultados espelham uma evolução da atividade desenvolvida pela Instituição. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 1.133.626,16 €, representando uma variação de -1,08% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



Figura 24 - Evolução das Vendas e Prestações de Serviços

Através do gráfico de barras apresentado podemos concluir que o Volume de Negócios teve uma queda gradual do ano de 2019 para 2020, justificado pela pandemia covid-19 que o país ultrapassa.

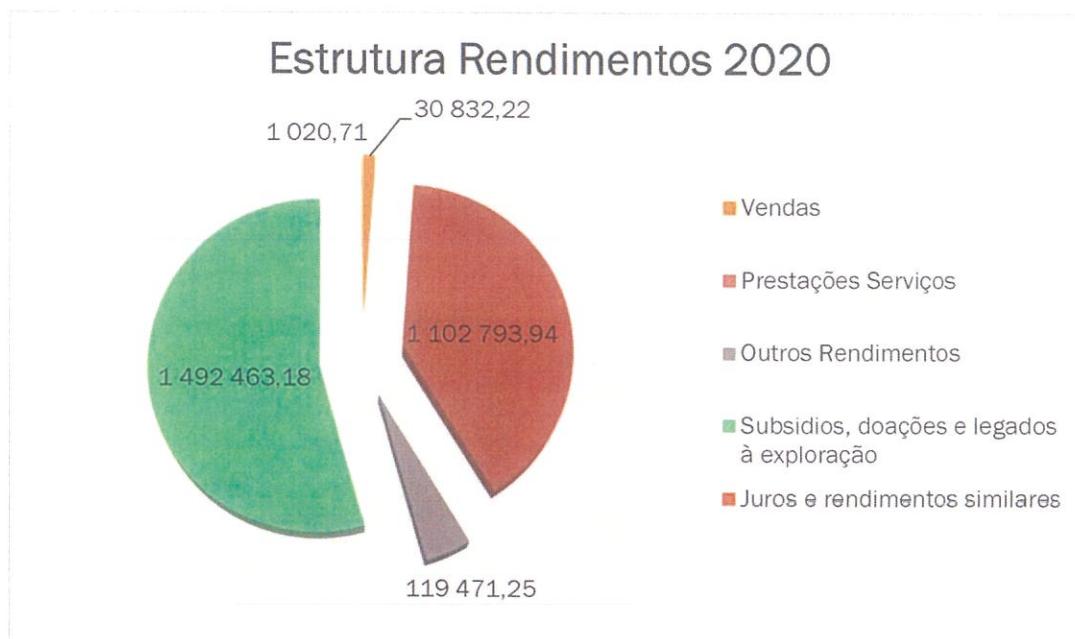


Figura 25 - Estrutura Rendimentos ano 2020

Quando analisamos a Estrutura de Rendimentos, verificamos que, a fatia com maior peso é a dos Subsídios, doações e legados à Exploração que regista um valor de 1.492.463,18 €, representam 54,34% da Estrutura de Rendimentos.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



Figura 26 - Estrutura de Gastos no ano 2020

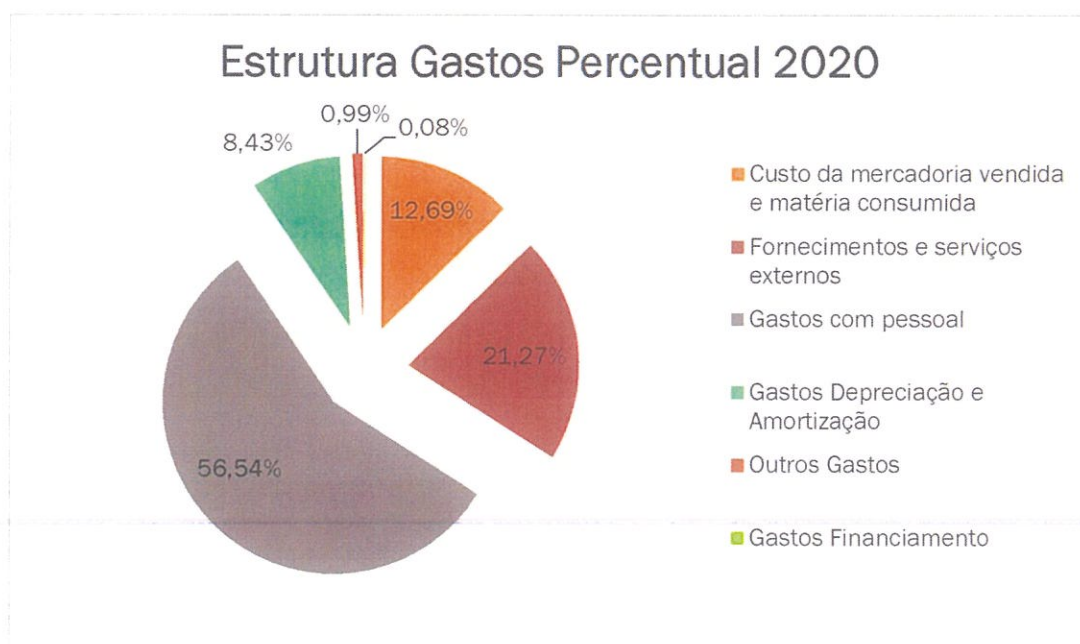


Figura 27 - Estrutura de gastos percentual 2020

Através dos gráficos acima apresentados, podemos verificar que a rubrica com maior peso é os Gastos com Pessoal, que representa mais de metade da estrutura de gastos. Podemos também verificar que, as rubricas com menos peso na Estrutura de Gastos são os Outros Gastos e os Gastos com Financiamento.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de colaboradores.

Rubricas	Períodos		
	2020	2019	2018
<i>Gastos com Pessoal</i>	1.566.596,27€	1.568.137,49€	1.505.783,68€
<i>Nº médio pessoas</i>	107	110	111
<i>Gasto médio por pessoa</i>	14.641,09€	14.255,80€	13.565,62€

Figura 28 - Gasto médio por pessoa

Como podemos analisar, através da tabela representada anteriormente, o Gasto Médio por Pessoa têm vindo a aumentar gradualmente desde 2018. Um dos fatores tem sido o aumento do Salário Mínimo Nacional bem como a atualização dos vencimentos.

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Figura 29 - Comparação Resultado Líquido

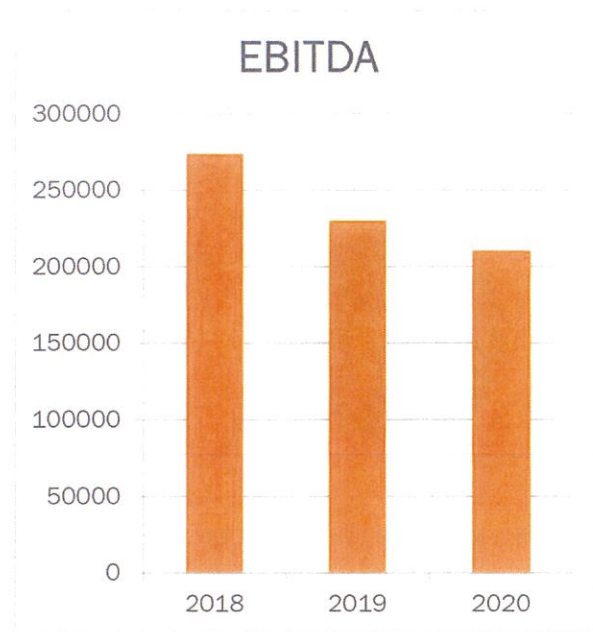


Figura 30 - Comparação EBITDA

Através do gráfico de barras representado na figura anterior, podemos constatar que o resultado líquido tem vindo a diminuir ao longo dos anos, apresentado no ano de 2020 um resultado negativo no valor de 24.321,67€. Se analisarmos o EBITDA, este tem vindo a diminuir desde o ano de 2018, no entanto, a empresa continua a gerar recursos através da sua atividade operacional.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

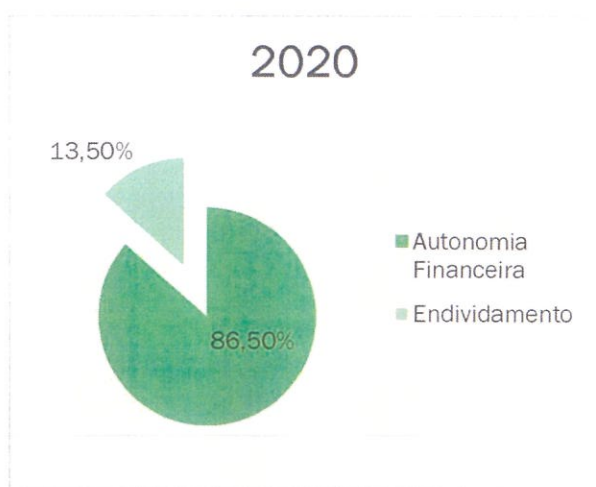


Figura 31 - Rácios Financeiros ano 2020

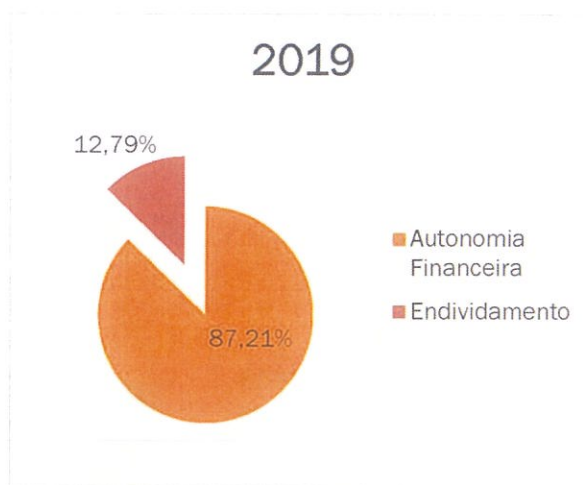


Figura 32 - Rácios financeiros ano 2019

A Instituição apresenta uma boa autonomia financeira. Podemos constatar que a entidade de 2019 para 2020 aumentou a sua Autonomia Financeira.

Quando ao Endividamento, este baixou consideravelmente na mesma proporção que a subida do Rácio de Autonomia Financeira o que é muito positivo para a Instituição.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

Rubricas	2020		2019	
Ativo Não Corrente	3 327 198,95 €	70,47%	3 354 422,49 €	70,53%
Ativo Corrente	1 394 253,67 €	29,53%	1 401 406,84 €	29,47%
Total Ativo	4 721 452,62 €		4 755 829,33 €	

Rubricas	2020		2019	
Fundos Patrimoniais	4 083 847,80 €	86,50%	4 147 334,68 €	87,21%
Passivo Não Corrente	41 900,46 €	0,89%	103 937,82 €	2,18%
Passivo Corrente	595 704,36 €	12,61%	504 556,83 €	10,61%
Total FP e Passivo	4 721 452,62 €		4 755 829,33 €	

Figura 33 - Análise estrutura balanço

Analisando a Estrutura do Balanço, podemos concluir que relativamente ao Ativo, a Rubrica Ativo Não Corrente é aquela que tem um peso maior. Relativamente aos Fundos Patrimoniais e Passivo, a Rubrica Fundos Patrimoniais é aquela que tem maior peso.

8. Proposta Aplicação de Resultados

A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido negativo de 24.321,67€, que se propõe que seja integralmente transferido para Resultados Transitados.

9. Expectativas Futuras

9.1. Cenário Macroeconómico

As mais recentes projeções do FMI apontam para um crescimento de 5,5% para este ano e de 4,2% para o próximo ano, pressupondo por um lado uma ampla disponibilidade das vacinas nas economias avançadas e em alguns países emergentes durante o primeiro semestre de 2021 e na maioria dos países até à segunda metade de 2022, projetando também que as terapias e testes deverão tornar-se mais eficazes e mais acessíveis em todo o mundo durante este e o próximo ano, o que deverá reduzir a transmissão do vírus a nível local, prevendo-se que esta atinja valores muito baixos até ao final de 2022. Por outro lado, a velocidade de distribuição das vacinas não será idêntica entre todas as economias, o que levará a uma disparidade temporal no tocante ao começo da fase de recuperação económica entre os diversos países. Estas projeções também têm em consideração a possibilidade de novos confinamentos, inclusive para conter a transmissão de novas variações do vírus antes das vacinas estarem amplamente disponíveis. Já o Banco Mundial criou dois cenários distintos nas suas projeções, onde, num cenário

otimista, prevê para este ano um crescimento de 4% e para 2022 um crescimento de 3,8%. Num cenário mais adverso, com a permanência de novos surtos de COVID-19 e um processo de vacinação mais demorado, o Banco Mundial prevê uma taxa de crescimento de apenas 1,6% em 2021 e de 2,5% em 2022. Num cenário ainda mais severo, com um maior stress financeiro, o crescimento para 2021 poderá mesmo ser negativo. Para as economias avançadas, o Banco Mundial prevê um crescimento de 3,3% para 2021 e 3,5% para 2022, projetando um período de baixos níveis de inflação e baixas taxas de juro, o que trará implicações relevantes tanto para as políticas monetárias como para as políticas fiscais.

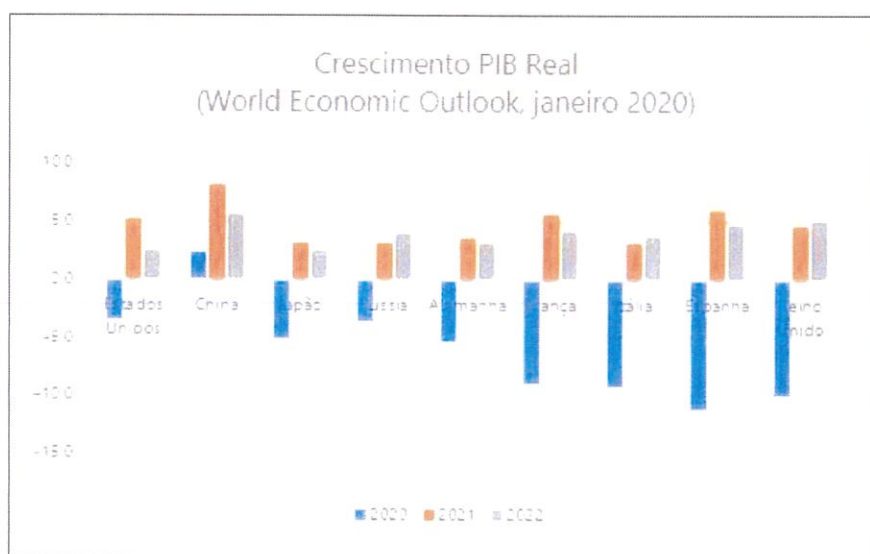


Figura 34 - Crescimento PIB

No tocante ao comércio global, o FMI prevê um crescimento de 8% para este ano e de 6% para 2022, com uma recuperação mais lenta relativamente aos serviços, especialmente os referentes ao turismo e companhias aéreas, que só deverão recuperar inteiramente quando os níveis de transmissão do vírus diminuïrem em todo o mundo.

Mesmo com a recuperação prevista para este e próximo ano, a inflação ainda deverá manter-se moderada. Nas economias avançadas projeta-se uma taxa anual média de 1,5% e nas economias emergentes e em desenvolvimento em 4%. Quanto aos preços dos bens, para este ano espera-se uma boa recuperação, em especial no preço dos metais e dos produtos agrícolas. Quanto ao petróleo, o seu preço deverá começar a subir ao longo deste ano, mas ainda assim deverá manter-se bastante abaixo do preço médio de 2019. O BCE aponta para um aumento constante ao longo deste ano, de 50,5 dólares por barril no

primeiro trimestre para 54,1 dólares no último trimestre, devendo então continuar a aumentar, mas num ritmo mais moderado, devendo atingir os 56,9 dólares em 2023. Contudo, é de frisar que estas projeções estão muito dependentes da forma como se desenvolver a atividade económica mundial, pois novos choques na procura e consumo destes bens poderão ocorrer caso voltem a ser tomadas medidas de restrição e isolamento globais. Quanto aos restantes bens, para este ano projeta-se um forte crescimento, em especial para o metal.

Quanto aos mercados financeiros, espera-se que a necessidade de liquidez venha a pressionar a subida das taxas de juro. Para a Euribor, para depósitos a 3 meses, não se prevê sinais de melhoria durante este ano, devendo registar uma manutenção de -0,543%. Já nos Estados Unidos, espera-se que as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses reduzam para 0,4% em 2021, com uma prolongação desta tendência nos próximos anos.

Apesar de muitos países terem registado uma recuperação dos níveis de emprego mais forte do que o previsto, ainda existe um elevado nível de desemprego a nível global (a título exemplificativo, nos Estados Unidos, em comparação com fevereiro de 2020, existem menos 9 milhões de pessoas empregadas). Este peso recaiu desproporcionalmente entre mulheres e jovens, assim como entre trabalhadores com baixos níveis de educação, que viram o seu rendimento cair severamente. Países que tenham um elevado número de pessoas empregadas em setores que dependam do contacto social, assim como países dependentes das exportações de bens, e países onde o encerramento das escolas levou a um grande retorno dos níveis de acumulação de capital humano estão particularmente expostos a danos persistentes.

O considerável apoio fiscal anunciado em alguns países avançados para este ano, tais como os Estados Unidos e o Japão em dezembro de 2020, juntamente com o desbloqueio do fundo Next Generation EU por parte do Conselho Europeu para apoiar os estados-membros atingidos pela pandemia entre 2021 e 2023, irão ajudar a elevar a atividade económica entre as economias avançadas, com repercussões favoráveis para os seus parceiros comerciais. Ainda assim, a recuperação económica será distinta dentro deste grupo, projetando-se um crescimento mais rápido dos Estados Unidos e do Japão que deverá atingir os seus valores pré-covid já na segunda metade deste ano, enquanto a Zona Euro e o Reino Unido ainda deverão manter-se abaixo dos seus valores pré-covid durante 2021 e 2022.

O FMI também aponta que para este ano os déficits fiscais devam diminuir na maioria dos países, devendo começar a melhorar à medida que as receitas aumentam e as despesas diminuem com a recuperação. É importante que os principais bancos centrais mantenham as suas políticas de taxas de juro atuais até ao final do próximo ano, o que fará com que as condições financeiras permaneçam nos níveis atuais para as economias avançadas, devendo melhorar gradualmente no tocante aos mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Para o continente europeu, o FMI projeta uma recuperação de 4,7% do PIB real em 2021, e a inflação deverá também recuperar para 2,4%. Contudo, o aumento das infeções no continente europeu traz algumas incertezas a estas projeções. Por outro lado, as incertezas envoltas num não acordo do Brexit foram dissipadas com o acordo celebrado em dezembro do ano passado.

Para a zona euro, a recente terceira vaga do vírus SARS-Cov2 enfraqueceu as convicções de uma normalização da economia para o início deste ano. Ainda assim, o início dos programas de vacinação em muitos dos países membros ajudou a repor um pouco da confiança de que a pandemia terminará no final deste ano. Os reforços das políticas monetárias, fiscais e laborais que vêm sendo implementados desde junho de 2020 devem conseguir suportar a atividade económica e, nesse sentido, o BCE prevê uma recuperação de 4,4% para este ano e de 3,7% para o próximo, esperando que em 2022 o PIB real exceda os valores de 2019. Já em 2023, o crescimento deverá ser moderado, de 1,9%. A partir de 2025, o crescimento deverá manter-se estável, nos 1,4%.

Esta terceira vaga também impactou os níveis de emprego que, previamente se esperavam vir a recuperar logo no início de 2021, sendo que uma recuperação só deve ocorrer a partir do segundo semestre deste ano. Assim, para este ano o BCE projeta uma taxa de desemprego de 8,9%, devendo depois diminuir para 8,3% em 2022 e para 7,8% em 2023, projetando que até 2025 se situe nos 7,4% e que o crescimento do salário nominal passe de 1,5% (2021) para 2,3%.

Quanto à inflação, com a projeção de uma melhoria na procura, o BCE prevê um aumento da inflação IHPC para 0,9% para 2021, 1,3% para 2022 e 1,5% em 2023, sendo que para 2025, num ambiente mais estável, espera-se uma inflação média de 1,7%. Para 2021, é expectável que cerca de 30% da deterioração orçamental projetada em 2020 seja revertida, com os rácios de déficit mantendo-se acima de 3% do limiar do PIB em todos os países da zona euro, à exceção do Luxemburgo e do Chipre. A Comissão Europeia prevê que os pacotes fiscais a serem criados para responder à crise

correspondam a 2,4% do PIB total da UE, e que gradualmente estas medidas de emergência para mitigar os efeitos da crise se dissipem nos anos futuros, dando lugar a medidas focadas na recuperação económica, tais como cortes nos impostos indiretos e aumento do investimento público.

A taxa de câmbio média USD/EUR deverá registar uma apreciação muito moderada de cerca de 1,21% no primeiro trimestre para 1,23% no último trimestre do ano e períodos seguintes, sendo que pelo menos até 2026 as taxas de juro deverão manter-se negativas. Para os Estados Unidos, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 3,5% em 2021 e de 3,3% e 2022, não sendo expectável novos acordos no tocante às tarifas comerciais entre os Estados Unidos e a China. Esta falta de integração económica traz grandes incertezas ao comércio global.

Quanto às economias emergentes e em desenvolvimento, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 5% para 2021, um valor bastante abaixo dos seus níveis pré-covid. Este crescimento será bastante impulsionado pela expectável recuperação da China que, com o controlo apertado de novos surtos, com o reforço do investimento público e com o aumento da produção e da exportação de bens, deverá registar um crescimento de 8,2%. Excluindo a China, a recuperação deste conjunto de países deverá ser de apenas 3,4%, com os países exportadores de petróleo e os países dependentes do turismo a terem mais dificuldades em recuperar.

Já para 2022, o crescimento ainda será moderado, de 4,2%, permanecendo 6% abaixo dos níveis pré-pandemia. Durante a próxima década, é expectável que a pandemia venha a reduzir o crescimento potencial entre 0,6% a 3,4%, sendo que mais de 90% destes países verão o seu rendimento per capita cair, com um terço destes países a ter um rendimento per capita inferior ao que tinham em 2019. Para além disso, muitos destes países vão enfrentar constrangimentos quanto à procura e distribuição de vacinas, o que irá atrasar a sua recuperação económica.

Esperam-se recuperações mais positivas no tocante às exportações, no seguimento da recuperação da atividade económica dos principais parceiros comerciais, o que levará também a uma melhoria nos déficits destes países, o que poderá melhorar a sustentabilidade das suas dívidas soberanas. Assim, o foco para este ano será aumentar as exportações e os preços dos bens, assim como impulsionar o consumo privado e o investimento.

Um elevado nível de incerteza envolve estas previsões. Por um lado, o possível surgimento de uma nova vacina e tratamentos contra o vírus podem melhorar as mesmas.

Por outro lado, novas ondas de infeções e/ou atrasos na distribuição das vacinas podem reverter a situação económica atual, com mais medidas de distanciamento social e isolamento a serem aplicadas. O acesso desigual a tratamentos e vacinas pode também influenciar negativamente a recuperação económica global. Devido ao aumento da dívida, alguns países poderão também vir a sofrer de problemas financeiros, revertendo-se também no aumento do desemprego.

Tal como em prévias crises económicas, é expectável que esta pandemia deixe efeitos adversos na atividade económica global e no rendimento per capita no longo prazo. Segundo o *World Economic Forum* no seu *Global Risks Report 2021*, a próxima década apresenta vários riscos ao crescimento económico, sendo o de maior impacto as doenças infecciosas, seguida da falha das ações climáticas e outros riscos ambientais. Também a desigualdade digital e falta de segurança cibernética são apontadas como riscos de elevada probabilidade.

Em termos de horizonte temporal, para os próximos dois anos os principais riscos incluem crises no mercado de trabalho e nos meios de subsistência, aumento da desigualdade digital, estagnação da economia, danos ambientais, erosão da coesão social e ataques terroristas. Num horizonte de 3 a 5 anos, os principais riscos serão a instabilidade dos preços, choques nos bens e crises de dívida, seguidos de riscos geopolíticos. Num período mais longo, de 5 a 10 anos, riscos ambientais, tais como perda da biodiversidade, crises de recursos naturais e falhas na ação climática serão os mais críticos. Assim, ao longo da próxima década será necessário um esforço político abrangente para reacender um crescimento robusto, sustentável e equitativo. As ações políticas deverão garantir um suporte eficaz no decorrer da recuperação económica.

No curto prazo, será necessária uma forte cooperação multilateral para trazer a pandemia sob controle em todos os países. Tais esforços incluem o reforço do financiamento para o COVAX – um programa da Organização Mundial da Saúde para acelerar o acesso equitativo das vacinas, o qual permitirá acelerar o acesso às vacinas em todos os países, garantindo assim uma distribuição universal de vacinas, com preços acessíveis a todos. Mesmo com o controlo da pandemia, os danos causados em 2020 podem ser mais severos do que o expectável. O ambiente nos negócios e nos consumidores pode ser mais cauteloso, o que poderá resultar num enfraquecimento do consumo e dos investimentos. O elevado nível da dívida das empresas e dos Estados também pode pesar na atividade económica dos próximos anos. Assim, é também importante uma colaboração global de forma a garantir o acesso adequado à liquidez internacional dos países com elevados

níveis de dívida. Onde a dívida soberana for insustentável, os países elegíveis deverão trabalhar em conjunto com os credores para reestruturar a sua dívida, no âmbito do Quadro Comum acordado pelo G20.

Os governos deverão manter-se vigilantes e adaptar as suas medidas consoante a situação evolua favorável ou desfavoravelmente, implementando medidas fiscais e monetárias que apoiem a economia, assegurando que a transparência e independência não sejam comprometidas. Simultaneamente, deverão priorizar a gestão dos riscos de saúde, assegurando-se que os seus sistemas de saúde estão adequadamente preparados e equipados de forma a conter possíveis surtos e propagações do vírus, assim como o apoio às populações diretamente impactadas.

Para além disso, os decisores políticos devem desenhar estratégias e medidas económicas fortes, equitativas e resilientes, privilegiando iniciativas que garantam um crescimento inclusivo e que proteja os mais vulneráveis. É preciso apoio ao investimento de infraestruturas que melhorem os serviços de saúde e de apoio social, bem como investir em tecnologias digitais, que promovam o teletrabalho e o e-learning. Sem o apoio externo necessário, muitos destes países poderão ter perdas severas e prolongadas na produtividade laboral, um fraco crescimento económico e elevados níveis de pobreza. Apesar de tudo, esta crise também apresenta uma oportunidade para acelerar a mudança para um crescimento mais produtivo, sustentável e equitativo. O COVID-19 veio acelerar a Quarta Revolução Industrial, expandindo o e-commerce, o e-learning e o teletrabalho. Estas mudanças irão transformar a sociedade mesmo após a pandemia, prometendo trazer enormes benefícios, tais como a capacidade de adaptação ao trabalho/estudo remoto, assim como ao rápido desenvolvimento de vacinas. Por outro lado, também trazem riscos ao aumento da desigualdade, prejudicando as perspetivas de uma recuperação inclusiva. Neste sentido, os países deverão cooperar entre si e, assim que esta crise termine, focar-se no longo prazo, dando prioridade a problemas recorrentes como os baixos crescimentos de produtividade, o aumento da desigualdade e da pobreza, os elevados níveis de dívida, e na acumulação de capital humano, mas também redobrar os esforços na mitigação das alterações climáticas, assim como para resolver as tensões comerciais e tecnológicas atualmente existentes. É crucial a implementação de medidas de investimento sustentável, principalmente em novas tecnologias mais ecológicas, de forma a acelerar a recuperação económica e simultaneamente atingir os objetivos climáticos de longo prazo. Mais do que nunca, a cooperação global é extremamente importante, pois só através dela se conseguirá

ultrapassar uma crise mundial e evitar que esta catástrofe se repita.

10. Cenário Interno

De acordo com o Banco de Portugal, as projeções para 2021 apontam para um crescimento do PIB nacional para os 3,9% e, num cenário mais otimista, para 5,9%. Já em 2022 prevê-se um crescimento de 4,5% (4,8% no segundo cenário), com a retoma da atividade económica aos níveis anteriores à crise pandémica. Já para 2023 projeta-se um crescimento de 2,4% (2% no segundo cenário). Este crescimento ficará acima da área do euro ao longo do horizonte de projeção, de acordo com estimativas do Eurosistema. O impacto sem precedentes da pandemia sobre a economia mundial e os mercados financeiros, trouxe consigo diversos riscos à estabilidade financeira, tais como potenciais episódios de volatilidade extrema nos mercados financeiros, o que poderá levar a reduções abruptas no valor de ativos financeiros, assim como uma correção em baixa dos preços do imobiliário residencial. Também o agravamento da dívida das empresas e das famílias constitui uma vulnerabilidade no curto prazo, e no médio prazo o elevado endividamento das administrações públicas. De forma a mitigar os efeitos da pandemia e da preservação da estabilidade financeira, as medidas de apoio ao setor bancário e ao setor privado não financeiro devem articular-se e complementar-se, assegurando que esta crise económica não evolua para uma crise financeira.

Para 2021, deverá verificar-se uma recuperação parcial do investimento empresarial (FBCF empresarial), projetando-se um crescimento de 3,5%, com o maior contributo a vir dos transportes e armazenagem (3,4%) e, negativamente, das indústrias transformadoras (-1,9%). Quanto ao investimento total, este deverá atingir uma taxa de variação de +2,6% em 2021.

Quanto às exportações de bens e serviços, deverá registar-se uma recuperação ao longo do horizonte de projeção, com taxas de crescimento de 9,2% para este ano, 12,9% em 2022 e 6,7% para 2023, com uma recuperação mais demorada no tocante aos serviços. Também as importações terão o mesmo comportamento, com um aumento de 8,8% para este ano, 9,1% em 2022 e 5,1% em 2023, reflexo da recuperação na procura global ponderada.

Num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de baixa procura,

as pressões descendentes sobre os preços deverão continuar a prevalecer ao longo deste ano, em especial nos setores ligados ao turismo. Juntamente com a manutenção das expectativas de inflação a níveis baixos, a taxa de inflação deverá situar-se nos 0,3% este ano, aumentando para 0,9% em 2022 e devendo atingir os 1,1% em 2023. Ao longo do horizonte de projeção, espera-se ainda um aumento gradual do emprego, decorrentes da recuperação dos setores mais expostos aos contactos pessoais e ao turismo, devendo, contudo, somente alcançar os seus valores pré-pandemia no final de 2023. Ainda assim, projeta-se um aumento da taxa de desemprego durante este ano, para 8,8%, devendo de, nos anos seguintes, diminuir gradualmente, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.

O consumo privado deverá crescer 3,9% este ano, 3,3% no ano seguinte e 1,1% em 2023, devendo assim atingir os valores pré-pandemia no final de 2022. No que respeita ao consumo público, projeta-se para este ano um aumento de 4,9% do consumo público, refletindo assim a retoma dos serviços públicos ao seu normal funcionamento, devendo representar um valor elevado até 2023.

O saldo da balança corrente deverá registar um excedente neste e nos próximos anos, devendo atingir 2,7% do PIB no final do horizonte. É de elevada importância que se retome o processo de consolidação orçamental, de forma a reduzir a probabilidade de reavaliações do risco soberano associadas a dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública. No curto prazo, derivado das medidas adotadas pelo BCE para mitigação do impacto da crise pandémica, os custos de financiamento do soberano deverão manter-se reduzidos.

A retoma da atividade projetada para este ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafecção de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado, assim como do risco de crédito coloca enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação da resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

10.1 Evolução previsível da Instituição

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, em que a continuada pressão para o aumento do salário mínimo nacional, com implicações previsíveis na restante massa salarial, a não diminuição do custo de produção, prevê-se que a gestão da Instituição, tenha em equação em matéria de desenvolvimento da sua atividade, a forte pressão por lado dos gastos.

Por outro lado, com a também previsível alteração das políticas sociais, poderá existir também a necessidade de estarmos presentes nos desafios que nos forem colocados pelas várias áreas de tutela, o que levará, a uma gestão muito criteriosa da Instituição, de forma a manter o equilíbrio económico financeiro.

Há um ano que a covid-19 está presente em Portugal. Ao longo deste período temos vindo a compreender gradualmente os múltiplos, complexos e dramáticos impactos desta pandemia na nossa Instituição. O setor da economia social e solidária têm sido objeto de maior atenção e visibilidade do que os demais. Sabemos que a covid-19 expôs e agravou as desigualdades sociais, contudo, a Instituição agradeceu e valorizou os colaboradores que estiveram sempre disponíveis e com a consciência de que todos juntos, tudo seria mais fácil de concretizar. O esforço dos nossos colaboradores e de todos os encargos associados foram uma mais-valia para a Instituição, fomos um só rumo a um único objetivo: assegurar a saúde e bem-estar dos nossos utentes/ clientes. A compra de EPI (Equipamentos Proteção Individual) foi sempre uma grande preocupação da Instituição de forma a pudermos dar resposta a todas as situações com que nos deparámos nesta fase pandémica.

11. Outras Informações

A Santa Casa da Misericórdia Porto de Mós não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2020.

2
5
1

Não foram realizados negócios entre a Instituição e a Mesa Administrativa. A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

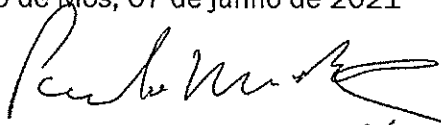
12. Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Porto de Mós, 07 de junho de 2021


Nuno Joaquim de Fátima Pereira
Ana Paula Ribeiro

